

# Questões e perspectivas do gás natural no Brasil

Este artigo procura debater questões e soluções relativas ao problema energético nacional que acontece pelo uso total do gás natural, grande parte dele importado da Bolívia e sem perspectiva de crescimento produtivo, já que o país vizinho é salpicado por conflitos políticos e econômicos que o impedem de maximizar a exploração do combustível. Além disso, ainda devemos esperar pela maturação das importantes descobertas de Tupi e Júpiter, algo que demanda tempo e investimentos: mais de cinco anos para preparar as reservas para o consumo e uma estimativa de mais de 10 bilhões de dólares para as operações materiais. Neste propósito, como seria a situação brasileira sob queda do fornecimento de gás?

A situação seria bem delicada em função de limites estruturais e financeiros do momento. Isto porque os meios técnicos ainda não estão totalmente disponíveis para trazer gás natural das novas jazidas nacionais. Quer dizer, 50% da exploração de gás natural do Brasil vêm de fontes localizadas em vários pontos, por exemplo, Amazonas, Alagoas e alguns outros. Porém, a parte substancial que diz respeito ao grande consumo de gás vem da bacia de Campos, a mais importante jazida nacional por enquanto.

Em Campos, não há grande estimativa de se encontrar mais gás ou de aumentar a produção por causa da questão atual. Há também o aspecto político com a Bolívia, fornecedora dos outros 50% da matéria-prima. Mas com relação ao vizinho dos Andes o problema já é bem conhecido, não há perspectiva de se obter mais gás em virtude do que ocorreu politicamente – a criação do chamado Ato Supremo do governo Evo Morales, em maio de 2006. Temos de considerar também as formas de como se procura equilibrar a política doméstica boliviana, atravessada por variados grupos e interesses políticos que pressionam o governo Morales a tomar decisões para não perder credibilidade. Desta forma, o Brasil terá de administrar a crise de abastecimento, ainda que de média intensidade, até emergirem as condições técnicas para se explorar outras jazidas, bem como obter as condições financeiras sem ter de paralisar as explorações por ausência de capital.

A outra resolução é mais delicada, mas já foi imaginada pelo governo brasileiro e parece ganhar vida: trata-se de voltar a investir na Bolívia com mais um bilhão de dólares, apesar dos contratemplos. Mas a questão de fundo é que já há um processo de dependência da



**José Alexandre Altahyde Hage** é doutor em Ciência Política pela Unicamp. Consultor do Núcleo de Assuntos Internacionais da Trevisan e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan Escola de Negócios.



economia nacional ao combustível importando, e isso é o mais complicado, pois o não-atendimento da demanda pode provocar mais desgaste político e econômico para o governo federal. Por estes dias podemos ver que há grande possibilidade de o Brasil entrar em desgaste diplomático com a Bolívia, pois o vizinho quer justamente propor que o Brasil aceite redução do envio de gás. O volume acordado está na faixa de 30 milhões de metros cúbicos; La paz propõe enviar algo em torno de 27 milhões de metros cúbicos para que possa atender ainda a Argentina, também consumidora do gás boliviano.

A resposta do corpo diplomático brasileiro e dos executivos da Petrobras tem negado o pedido boliviano porque não se trata mais de colaborações inocentes, mas sim da segurança energética brasileira que pode se comprometer e correr riscos talvez irreversíveis. De que forma o país poderá administrar esta situação, uma vez que os grandes campos produtores já estão na sua capacidade máxima?

O que deve ser feito são aplicações custosas para este momento, mas necessárias, pois deveriam ser ações planejadas há alguns anos para surtir efeito neste momento. Com relação à indústria, o que se pede é que ela possa fabricar produtos com condições de gastar menos energia, caso de eletrodomésticos, a chamada "linha branca". Em paralelo a isso, e o mais importante, o Brasil deve montar um plano de médio prazo para que haja condições de explorar as novas jazidas descobertas, caso de Tupi, no menor tempo possível. Para isso será necessário o desenvolvimento de técnicas custosas financeiramente para explorar o petróleo, ou o gás natural, do meio em que está, visto por dificultoso para uma exploração convencional. Ou seja, a camada pré-sal, essa manta que separa o conteúdo explorável do leito marinho, é de uma complexidade ímpar no mundo das empresas petrolíferas; e considerada

altamente custosa para a exploração. Mas não haverá saída para o Brasil. Esse problema terá de ser encarado.

Outra ação que também pode surtir efeito positivo, defendida inclusive pelo físico Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ), seria a existência de políticas públicas para que alguns instrumentos tivessem preços mais convidativos para uma larga faixa da população, a classe média baixa. Lâmpadas eletrônicas, compactas, por exemplo, daria grande contribuição à poupança de energia elétrica, mas o problema ainda são seus preços relativamente altos para a faixa social mencionada. Outra maneira em pauta seria alguma forma de baratear a compra de aquecedores solares, justamente para serem utilizados em chuveiros. O aquecimento de água para banho chega a corresponder a 30% da conta de energia elétrica. Não é pouca coisa.

Outro ponto também conveniente para esse fim seria a maximização da biomassa para fins elétricos. Já há uma grande quantidade de usinas que utilizam o bagaço da cana-de-açúcar para gerar energia, às vezes com possibilidade de repassá-la para a cidade onde o empreendimento se localiza. A biomassa como conjugação de vários insumos pode sim dar grande contribuição. E em um estudo do professor José Goldenberg (USP) há cálculo em que o bom uso da biomassa pode superar os 10% de todos os combustíveis queimados em termelétricas. É algo razoável.

Por outro lado, não há como deixar de mencionar que ainda deverá se planejar a infra-estrutura em energia. A construção de novas usinas hidrelétricas, respeitando logicamente os apelos ambientais, ainda deve ser pensada. Talvez o uso racional da bacia amazônica, com as aplicações do rio Madeira, possa apontar caminhos menos problemáticos.



Foto: J. Valperei, Petrobras

Torna-se óbvio o fato de que o uso da energia hidrelétrica já foi responsável por ignorâncias tecnocráticas que provocaram crise ambiental. Talvez o exemplo mais emblemático seja a usina de Balbina, construída na primeira parte dos anos 1980 nas proximidades do Amazonas. No entanto, esse tipo de contratempo não deve ser dogma para se procurar desenvolver novos métodos de construção de barragens que não despreze o ambiente. A Rio Madeira pode inaugurar uma nova fase de coerência entre a energia e o meio ambiente.

O efeito positivo seria em rede. Se houver poupança e criação de nova energia hidrelétrica não haverá por que utilizar as usinas termelétricas, movidas a gás natural, ao menos não sob fatores urgentes. Desta forma, o Brasil não ficaria na forte dependência de obter gás natural para fazer energia elétrica, nem seria atingido por instabilidades políticas alheias. Embora isso

possa parecer antiquado, ainda cabe ao governo estabelecer formas para que soluções possam aparecer, chamando para si a responsabilidade sobre a questão e não utilizando subterfúgios muito comuns na atualidade, de que a culpa é da sociedade; ou cabe à sociedade arrumar saídas.

A questão nacional é ímpar, o Brasil está em processo contínuo de crescimento econômico desde 2006, depois de anos de mediocridade. Embora os índices de crescimento não estejam aos níveis chinês e indiano eles podem fomentar a criação daquilo que o brasileiro espera há muito tempo, ou seja, empregos de qualidade que possam promover qualidade de vida – situação que no Brasil se transformou em prêmio ou luxo, atribuindo sua falta mais à responsabilidade individual do cidadão do que à ausência de projeto nacional coerente, como bem observou o professor Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV-SP). O tema energético passou a ser visto não como algo integrante à grande estratégia, mas sim como subproduto de um departamento governamental que esperava as boas novas do mercado internacional ou não.

Contudo, mesmo esse crescimento que vem ocorrendo há mais de um ano pode ser comprometido por recursos energéticos tendentes a se limitar drasticamente. Jazidas como Mexilhão, Uruguá e Tambaú certamente estão no rol das minas de grande aproveitamento no longo prazo, mas de forma análoga à Tupi sua maturação exige tempo e investimentos vultosos para a exploração do bem. Essa realidade também não é estranha no que concerne a Júpiter, descoberta que vem acalantar o núcleo governamental e o empresário que depende de regularidade na produção e envio de energia, seja ela hidrelétrica ou a gás.

Enquanto tal operação não acontece, o Brasil deverá administrar da forma mais racional possível a distribuição de energia para que não comprometa o crescimento nacional. A Bolívia exporta 50% do gás natural ao Brasil, seu maior comprador; a outra metade é procedente de jazidas espalhadas pelo território nacional, sendo a Bacia de Campos a mais importante, antes da maturação de Tupi, algo programado para depois de 2012 e com gastos estimados para mais de 10 bilhões de dólares.

Não resta dúvida, mesmo para os mais céticos, de que o Brasil crescerá muito em importância energética, com a exploração em alto grau, com reservas para mais de oito bilhões de barris de petróleo apenas em Tupi, sem falar na tecnologia que adquirimos no âmbito da biomassa, do etanol que nos ajudou a ganhar

conceito na política e economia internacionais, como ente responsável na afirmação energética com programas de respeito à conservação ambiental.

Certo conforto energético para o futuro não exclui qualidade política e governamental, seja para o âmbito doméstico ou diplomático. O fato de o Brasil obter respeitabilidade nos assuntos energéticos com hidrocarbonetos e biomassa exige ferramentas e projetos políticos de alto nível. Isto porque há um fenômeno que acompanha o tema em todo o mundo: grandes quantidades de energia podem promover dificuldades políticas e conflitos.

Os países que conhecem essa realidade procuram neutralizar seus efeitos, ainda que as notícias e fórmulas adotadas não sejam publicadas no Brasil em larga escala. Esses países são denominados grandes potências – como Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e China. A integração dos novos poços de Tupi, Júpiter e o engrandecimento tecnológico em biomassa faz com que o Brasil tenha de conceber políticas energéticas mais bem preparadas, para que faça com que a “bênção” dos últimos tempos se prolongue por mais tempo possível, que tenha condições de fomentar riquezas e bem-estar social para a sociedade em seu todo.

Pensar em relevância energética é pensar na existência de um projeto estratégico que tenha na energia um dos meios para se obter desenvolvimento social e econômico. Por planejamento estratégico devem-se compreender estudos e averiguações que apontem para o futuro, justamente para fazer com que o país tenha condições de aproveitar os processos positivos da política e economia internacionais, bem como procurar neutralizar suas inconveniências. Desta forma, é essencial que haja trabalho em grupo, sinergia entre a elite governamental e os grupos empresariais que venham a compreender e adotar o planejamento estratégico, até porque as questões energéticas são um terreno fértil para oscilações de toda qualidade. E essas são prejudiciais àqueles que mais necessitam de superávit energético.

Somente por meio do trabalho em grupo entre o setor empresarial, universitário, trabalhista e estatal haverá condições de efetuar planejamento estratégico que possa fazer com que o Brasil não sofra mais contratemplos comprometedores, como o apagão de 2001 e, ao mesmo tempo, consiga angariar relações diplomáticas em que não haja mais empecilhos. De fato, aumentar a produtividade energética não significa isolamento nacional. A saber, o Brasil não tem de evitar contratos e negócios energéticos com os vizinhos latino-americanos, mas

tem sim de ter claro que sua participação não pode ficar ao gosto das circunstâncias e, por isso, ter de perder os anéis para não ter de perder os dedos, como já dissera Lampeduza.

Por enquanto, as complicações que acompanham a exploração e escoamento de gás natural se fazem sentir. No mês de novembro de 2007, houve racionamento do gasoso na cidade do Rio de Janeiro com algum efeito em São Paulo. Agora, no mês de fevereiro de 2008, o gás natural volta a ser centro de debate entre as diplomacias argentina, boliviana e brasileira. O problema é patente, a economia brasileira consome todo o gás importado e a produção nacional não está à altura do necessário. A Bolívia não consegue explorar mais gás por causa de falta de capital e pessoal treinado, transferindo um pouco do ônus a seus compradores argentinos e brasileiros.

Por fim, a Argentina tende a necessitar mais de gás em virtude do inverno que se aproxima, sendo o gás importante para o aquecimento em geral. Mesmo que o inverno no Brasil não seja rigoroso, o gás não poderá faltar pelo fato de haver menor quantidade de chuvas no período, diminuindo os reservatórios das hidrelétricas e limitando a geração de energia. O Brasil não pode atender à solicitação de Buenos Aires sem tocar no interesse nacional; a Bolívia, para não ser criticada amplamente, pede a Brasília que transfira parte de seu gás para a Argentina, já que a própria Bolívia não pode fazer isso, em razão das questões mencionadas.

O que estava cotado para ser elemento de integração física e política regional está se tornando um ente de conflito do mais alto grau. Com a construção do Gasbol (Gasoduto Bolívia-Brasil), considerou-se uma nova fase das relações internacionais regionais com base em um tipo de globalização, a energética, de acordo com Edmilson Moutinho Santos (USP). Contudo, aquela verdade que era muito comum no Oriente Médio e partes da Europa, agora passa a residir na América Latina. O petróleo e o gás natural, dependendo de como se concebe seus temas, mais separam do que unem os Estados.

Para se escapar de uma verdade que possa ser inconveniente ou parcial, bem como fugir de determinismos, deverá haver novos meios de se pensar e construir a energia que faça emergir com novos signos soluções e questões para uma região que, apesar do histórico conturbado, possa oferecer compensações não apenas econômicas, mas sociais e culturais. A sorte está lançada, tomara que César passe pelo Rubicão. ■